

DISCURSO PRESIDENCIAL E GÊNERO: análise das mensagens dos presidentes Lula e Dilma ao Congresso Nacional¹

PRESIDENTIAL SPEECH AND GENDER: analysis of the messages of Presidents Lula and Dilma to the National Congress

Raquel Gomes Valadares ²

Resumo: A análise buscou compreender como o gênero pode ser um aspecto de diferenciação nos discursos presidenciais para pautar a igualdade de gênero. Neste intuito, foram analisadas as mensagens presidenciais encaminhadas ao Congresso por dois presidentes da República, Lula e Dilma, que pertencem ao mesmo partido, mas se diferem quanto ao gênero. A pesquisa utilizou a análise de conteúdo por meio da lexicometria, com o uso do software IRAMUTEQ, para identificar nos textos a relevância do tema indicado. Os dados apontaram maior ênfase por meio de temas e palavras relacionadas às mulheres nos discursos da presidente Dilma do que nos discursos do presidente Lula, contribuindo no aspecto da presença do gênero e das ideias pela igualdade na modulação e ênfase nos discursos. Por fim, espera-se que os resultados deste trabalho venham colaborar com as análises sobre representação política, agenda de governo e contribuir para fortalecer a validade das pesquisas sobre discursos presidenciais como uma importante estratégia de governo e construção de políticas públicas.

Palavras-Chave: Discurso presidencial 1. Gênero 2. Mensagem ao Congresso 3.

Abstract: The analysis sought to understand how gender can be a differentiating aspect in presidential speeches to promote gender equality. To this end, we analyzed the presidential messages sent to Congress by two presidents of the Republic, Lula and Dilma, who belong to the same party, but differ in terms of gender. The research used content analysis through lexicometry, with the use of IRAMUTEQ software, to identify in the texts the relevance of the indicated theme. The data pointed out greater emphasis through themes and words related to women in the speeches of president Dilma than in the speeches of president Lula, contributing in the aspect of the presence of gender and ideas for equality in modulation and emphasis in the speeches. Finally, it is expected that the results of this work will contribute to the analysis of political representation, government agenda and contribute to

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Mídia, Gênero e Raça, da 10ª Edição do Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (10ª COMPOLÍTICA), realizado na Universidade Federal do Ceará (UFC), 09 a 10 de maio de 2023.

² Mestranda em Ciência Política, Programa de Pós-graduação em Ciência Política pela Universidade Federal da Bahia – PPGCP/UFBA, advogada, valadaresgr@gmail.com.

strengthen the validity of research on presidential speeches as an important strategy for government and public policy construction.

Keywords: Presidential speech 1. Genre 2. Message to Congress 3.

1. Introdução

As ideias políticas constituem um importante elemento de análise e pesquisa (JULLIARD, 1976) (ROSANVALLON, 2010). Não apenas sob o aspecto comparativo ou doutrinário, o pensamento político-social constitui um *locus* em que é possível desenvolver uma história social compreensiva, que atualiza as ressonâncias entre a experiência do político e a dos indivíduos (ROSANVALLON, 2010). Indo além da história das ideias, Rosanvallon (2010) propõe a análise dos elementos da complexa cultura política, dentre eles destacam-se os discursos.

Os discursos, que entrelaçam os múltiplos fios de vida social (ROSANVALLON, 2010), designam um campo de atuação política dotado de sentido. Ele está entre a estrutura e o acontecimento, com sentido histórico-social e produz uma interpretação da realidade. Analisar o discurso político permite perceber o deslocamento de posicionamentos e a formulação de estratégias sociais de poder.

Vários estudos têm se dedicado a compreender as ênfases, os alcances e os efeitos do discurso político em sociedade. No Reino Unido, os estudos perenes sobre *The speech from the Throne*³, observam as ênfases e o que os direcionam (JENNINGS; BEVAN; JOHN, 2011 apud AGUIRRE, 2020); nos Estados Unidos, o discurso anual *State of the Nation*⁴, em que o presidente informa a situação da nação e quais serão as prioridades políticas para a legislatura, também tem mobilizado pesquisadores (BAUMGARTNER; JONES; BONAFONT, 2020), verificando inclusive como os assuntos podem variar a partir de eventos específicos (JENNINGS ET AL., 2011 apud AGUIRRE, 2020) (BAUMGARTNER; JONES; WILKERSON, 2011 apud AGUIRRE, 2020).

Ao se falar em política não há como dissociar da investigação jurídica, social, comunicacional; são áreas distintas que se relacionam a todo instante. O discurso

³ Discurso do Trono (tradução)

⁴ Estado da Nação (tradução)

político encontra-se nessa dimensão porosa que atinge o político e o social, como um ato da linguagem e como estratégia nos jogos de poder; ele implica uma troca, onde a mensagem é emitida por um sujeito e outro a recebe, para que pense, diga ou faça sob a influência do que foi dito pelo emissor. Numa concepção simples, pode ser pensado como ato de linguagem de ação sobre o outro, o exercício de um poder, em que há a intenção de ação e se espera um efeito (CHARAUDEAU, 2006). As palavras têm história, e ditas na esfera política, cada uma delas repercutirá na formação do alinhamento ou desalinhamento com os demais atores políticos.

Desde a campanha eleitoral até a ocupação dos cargos políticos, os sujeitos se utilizam da ação comunicativa para expor suas propostas, prestar contas sobre o que foi feito (*accountability*), indicar seus próximos atos, influenciar opiniões, obter consensos e estabelecer adesões ou rejeições. Em diferentes situações e lugares, sob o constrangimento político-partidário ou não, com tempo e público-alvo distintos, os sujeitos comunicam, afirmam a construção da própria imagem (*ethos*) e também validam o que não são (PASSETTI, 2018).

Em cada sistema de governo, atores políticos específicos terão mais notoriedade quanto à prática discursiva. No sistema presidencialista é inegável que a palavra do presidente assuma relevância hierárquica dentre os demais, tendo em vista que se trata do chefe do Poder Executivo, o cargo político máximo (LIMONGI, 2006). O que o presidente emite como mensagem repercute com ampla visibilidade e estabelece um encadeamento de ações: a mensagem pode ser recepcionada como uma prestação de contas, como um reflexo da transparência governamental e até mesmo como estratégia de agenda de governo. Entende-se que o presidente não é o único ator na esfera de poder, por isso ele precisa comunicar suas ideias com os demais tomadores de decisão e com a sociedade em geral.

A proposta desta análise é compreender como o gênero pode ser um aspecto de diferenciação nos discursos presidenciais em relação ao tema da equidade de gênero, observando os discursos de dois presidentes: Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Ambos fazem parte do mesmo partido – o Partido dos Trabalhadores – o que indicaria uma continuidade de ênfases nas pautas e prioridades entre governos que se sucederam e tiveram como legado avanços significativos em torno

de políticas para minorias. Entretanto, estes presidentes diferem quanto ao gênero, o que poderia auxiliar na compreensão das posturas públicas e ênfases discursivas distintas quanto ao tema. A ocupação dos espaços de poder por mulheres e das ideias por justiça de gênero podem ser importante tanto no âmbito das políticas públicas, quanto à visibilidade e ênfase da equidade de gênero.

A escolha dos discursos foi motivada por ser um ato comunicativo de caráter formal, regular e com direcionamento específico. Formal, porque está descrita na Constituição Federal, no artigo 84 (BRASIL, 1988), como ato político, em que o presidente eleito explicitamente transmuta o que foi dito em campanha para uma apresentação detalhada dos projetos e planos de governo para os próximos anos. Regular, porque todos os presidentes eleitos assim o fizeram, desde a Constituição de 1891, e o farão, enquanto estiver vigente o texto constitucional. Por fim, o direcionamento do discurso, se trata de um importante protocolo político em que o Poder Executivo comunica aos atores do Poder Legislativo, partidários ou não-partidários, a situação do país e quais diretrizes precisam ser tomadas para que os objetivos e metas de governo sejam atingidos. Uma comunicação clara, direta, concisa e institucional do que se busca fazer na formulação de normas, programas e políticas públicas.

Apesar das mensagens serem forjadas pela linguagem técnica e formal, é inegável que os contornos verbais do pensamento dos presidentes estejam materializados nas pretensões, metas e diretrizes; as mensagens fazem parte do processo comunicativo, cuja opinião e vontade serão expressas. A opinião transmuta-se em vontade política, e posteriormente, no discurso formalizado, culminando nos atos legislativos; o transitar desses conceitos auxilia o entendimento da relevância dos discursos políticos. Ao emitir a mensagem ao Congresso, o presidente cumpre um protocolo de governo e assume publicamente o compromisso com o texto escrito, que se torna um documento público; ainda que as Casas Legislativas não aprovelem tal conteúdo, nelas estão apresentadas suas pretensões. Por isso, ao averiguá-las buscou-se compreender como o gênero dos presidentes pode ser um aspecto de diferenciação para pautar a igualdade de gênero.

2. Gênero: conceito e análise

Conceituar o objeto de estudo, o meio que está inserido e a maneira como se relaciona com os demais pode parecer dizer obviedades, mas cada grupo entende esses elementos e as experiências de forma distinta. Além do que, há uma construção histórica e social que é importante que sejam consideradas e elencadas.

Existe uma curiosidade inata sobre a sociedade em que se vive, sobre as regras sociais que governam o grupo, os padrões do comportamento que envolvem as pessoas e as sanções sociais incidentes, para que, a partir da organização das ideias, seja possível adequar o próprio comportamento ao que se deseja, reconhecendo até mesmo os obstáculos a serem enfrentados para obter o que se quer. A forma de pensar e agir está fortemente condicionada pela sociedade à qual se pertence. Kergoat afirma que “não basta afirmar que compreendemos a sociedade em termos de relações sociais — é preciso antes definir tais relações, e suas propriedades” (2010, p. 93).

Partindo desses pressupostos, buscou-se entender o que é gênero. Gênero tornou-se um conceito e categoria de análise ao final do século XX; o termo foi utilizado pela primeira vez em artigo publicado em 1964, por Robert Stoller (SCOTT, 1992) e o objetivo do uso era a rejeição ao determinismo biológico, destacando o aspecto relacional, diferenciando a pertinência anatômica da pertinência de uma identidade social (SCOTT, 1995). Desnaturalizar os papéis, lugares e funções descritas para homens e mulheres tornou-se um exercício contínuo para pensar as relações estabelecidas em sociedade. Por certo, os debates sobre as relações de gênero em sociedade são anteriores à segunda metade do século XX, entretanto a aplicação do termo tem um marco temporal, assim como a disputa e a rejeição do mesmo.

Na definição encontrada em Saffioti (2004), gênero é uma construção social do feminino e masculino, em que existe uma hierarquia e estratificação relacional, podendo ser explícita ou presumida, um produto de uma regulamentação política de categorização dos corpos. Este construto sociocultural vai modelando homens e mulheres, condicionando significados e produzindo diferenças (SAFFIOTI, 1987).

Trata-se de uma estrutura de relações sociais centrada na arena reprodutiva, produzindo distinções entre os corpos para os processos sociais (CONNELL; PEARSE, 2015); uma definição que proporciona uma percepção das desigualdades históricas entre homens e mulheres.

A partir da compreensão de que a hierarquização e estratificação relacional não constitui uma situação natural, mas uma construção, teorias foram pensadas e revisadas para entender a origem da assimetria e como ela se mantém. Barbieri (1993) distingue três perspectivas e orientações teóricas sobre a análise de gênero: a primeira baseia-se na divisão sexual do trabalho, como força motriz da desigualdade; a segunda considera os sistemas de gênero como sistemas de poder e prestígio, resultado de um conflito social; e a terceira leva em consideração o controle da reprodução, esclarecendo que “no es que el cuerpo femenino como entidad biológica tenga poder; son las sociedades las que le otorgan poder. ¿Quién o quiénes controla/n la capacidad reproductiva de las mujeres?” (BARBIEIRI, 1993, p. 153).⁵

Pateman (1993) recorre à teoria do contrato social para situar a origem do sistema de hierarquização entre homens e mulheres, distinguindo os lugares sociais fixados para ambos. O binômio subordinação-dominação é indissociável, diz a autora, da esfera privada e pública. Pateman afirma que estas são “separáveis e inseparáveis ao mesmo tempo. O domínio público não pode ser totalmente compreendido sem a esfera privada [...]” (1993, p. 19). Se existe uma relação de subordinação-dominação no âmbito privado, ainda que entre indivíduos juridicamente livres, não há igualdade no âmbito público e esse é o cerne da inequidade política entre homens e mulheres (PATEMAN, 1993). Havendo quem esteja subordinado e disciplinado quanto ao corpo e a vida, e havendo mecanismos e dispositivos para que alguém domine, não haverá igualdade.

Soma-se a isso, um sistema de domínio e sujeição que agrega outros marcadores sociais, como origem, cor/raça, etnia e classe. As características físicas e os fatores sociais conjugam diferenças que resultam em múltiplos ataques. Pensando em como a exploração, dominação e a opressão articulam gênero e classe

⁵ “não é que o corpo feminino como entidade biológica tenha poder; são as sociedades que lhe dão poder. Quem controla a capacidade reprodutiva das mulheres?” [tradução nossa]

social, repercutindo em interações teóricas e políticas, Kergoat (2010), na década de 1970, nominou esse arranjo como consubstancialidade de gênero. Nos anos 1980, Crenshaw (2002), num estudo sobre acesso a vagas de emprego denunciou a desigualdade a partir da interação entre gênero e raça, cunhando o termo interseccionalidade de gênero.

Na compreensão de Saffioti (2004), não se trata da soma quantitativa de gênero, raça e classe, mas uma nova realidade a partir da fusão desses elementos, denominado enovelamento ou nó social. Haveria um nó que impõe determinações de qualidade à situação das mulheres e, por isso, a marginalização feminina seria muito mais complexa, pois não se trata de variáveis quantificadas, mas determinações, uma nova realidade a partir da fusão de gênero, classe e raça.

A discussão destacada nesta análise dispõe quanto às desigualdades de gênero, apresentando as razões, indicadas por Barbieri (1993), Pateman (1993), Crenshaw (2002), Saffioti (2004) e Kergoat (2010), e os efeitos da existência de hierarquias entre indivíduos. Segundo Phillips (2001) a desigualdade de gênero repercute na exclusão política dos corpos femininos, e por isso ela discute a necessidade da igualdade na representação. Segundo a autora, a mudança da democracia direta para a representativa destacaria o *que* em detrimento de *quem*; as ideias como elemento mais importante que a presença. Sob a pretensa igualdade formal e neutralidade normativa (ao propor leis aplicáveis a todos), o âmbito político privilegiaria o *que*.

O argumento da valorização das ideias em detrimento da presença parece ser plausível, sob o pretexto de que o que os representantes fazem é mais essencial do que quem eles são, no entanto, oculta a marginalização e exclusão política. A política das ideias não pode estar dissociada da política da presença. Tendo a presença, não como uma espetacularização dos representantes, mas como uma compreensão de que uma representação social adequada trata de uma representação correta do que se tem em sociedade.

A política da presença, reivindicada por Phillips (2001) é a necessidade de desessencializar a noção de que os representantes serão responsivos com os grupos politicamente mais frágeis; tais grupos precisam estar nos espaços de poder, não

como uma imagem simbólica, mas como presença real. Se isso não tem acontecido precisa ser corrigido. É importante destacar que ela não prenuncia o esvaziamento da política com a eliminação das ideias vinculando apenas os valores expressos pelos representantes; a proposta é que a representação política se ocupe de ideias, da presença das pessoas e das diversas perspectivas sociais.

O Estado liberal sustenta a ideia de que ao ingressar na arena política haveria a neutralidade de gênero, Phillips (2011) discorda veementemente e soma voz a outras autoras, como Young (2012), que afirmam que não há indivíduo neutro quanto ao gênero, além disso, a democracia não está acima da diferença de gênero, porém deve ser redefinida com essa distinção em mente.

As ideias podem ser satisfatórias, mas se a representação política é constituída exclusivamente ou quase exclusivamente masculina-branca esse espaço de poder não espelha a sociedade e não é capaz de representá-la. A diferença a partir do gênero produziu, e ainda produz, hierarquias sociais, culminando na aceitação, rejeição ou invisibilização dos indivíduos em sociedade. Em um sistema democrático de fato, o escalonamento e a estratificação em razão do gênero, seja explícita ou implícita, torna-se um entrave sociopolítico, vez que, as garantias e os valores serão distintos e, conseqüentemente, as restrições e violações aos direitos, que deveriam ser rechaçados, passam a ser socialmente toleráveis para um grupo em detrimento do outro.

Após pontuar, ainda que sucintamente, sobre o conceito, os limites e os enfrentamentos sobre gênero, o próximo tópico versará sobre a importância do discurso como ferramenta política de apresentar, ou até mesmo criar, demandas e pautas nos espaços de poder.

3. Discurso político e agenda de governo

O fenômeno político é complexo e cruza constantemente com elementos de outras ordens, e o discurso político está nessa dimensão que atinge o político, o social,

não apenas como um fenômeno da linguagem, mas inclusive como estratégia no jogo político. Nada do que se diz, ou pra quem se diz, é por acaso.

Charaudeau (2006) apresenta dois tipos de atividade discursiva: a atividade voltada para as ideias, na postulação de ideologias, constituindo o político; e a atividade voltada para os atores estabelecendo relações de força entre eles, constituindo a política. A riqueza de análise que os discursos oferecem possibilita atestar que no sistema político eles não são incrementais, mas são instrumentos úteis capazes de direcionar a administração pública.

A partir do discurso, conceitos e teorias da comunicação do poder presidencial foram sistematizados para um entendimento mais aperfeiçoado do mesmo. Os assuntos públicos podem ser maçantes, mas há quem os transforme em pertinentes, e fazem com que mais pessoas compartilhem as mesmas percepções. Esse processo de visualizar e transformar os assuntos constitui a seleção e filtragem, ditando o que é importante e precisa ser preservado. O processo de identificação (do tema com o público) pode ser quase infinitamente sutil e simbólico (LIPPMANN, 2008); entretanto, as ideias transmitidas passam a ter significados pessoais após este processo.

Segundo Lippmann (2008) o interesse por algum assunto é acionado por um gatilho, ativado por uma série de imagens ou palavras; gradualmente eles se acomodam e são embebidos por emoções, diante disso, o tema é recepcionado. As questões e os assuntos precisam prender o interesse da audiência para que a ação seja recrutada e desenvolvida, mas ela é momentânea e rapidamente se modifica.

A finalidade da comunicação dos atores políticos é agir sobre os receptores da mensagem, colocando uma agenda. A teoria da agenda-setting (colocação de agenda) é o “estudo da importância que determinados temas ou problemas assumem em um momento específico” (BRASIL; CAPELLA, 2018, p. 124). Dearing e Rogers (1996 apud BRASIL; CAPELLA, 2018) identificaram três linhas de pesquisa nesse sentido: media agenda-setting (agenda midiática); public agenda-setting (agenda pública); e a policy agenda-setting (agenda política ou de governo). Temas ou conjunto de questões que podem ser suscitados pela mídia, pelo interesse/opinião pública ou pela ação de governo, respectivamente.

Essas três áreas possuem relação teórica e metodológica, embora tenham foco analítico específico. Apesar de serem pensadas separadamente, elas não são isoladas; estão integradas e podem exercer influência, emergindo temas em uma, culminando na produção dos efeitos em outra. Cabe ainda destacar que as três linhas de análise, cujos atores são distintos, não determinam o que fazer e como agir de forma ilimitada, mas influenciam sobre o que pensar, estruturando preferências.

A agenda-setting pode ser estudada em diferentes áreas do conhecimento como Administração Pública, Ciência Política, Comunicação Social, Direito e Marketing. Foram desenvolvidas análises relacionadas a media agenda-setting e a public agenda-setting na Comunicação, mais especificamente na Comunicação Política; e na Ciência Política a policy agenda-setting, concentrando nessas duas áreas do conhecimento as pesquisas sobre a agenda de governo (BRASIL; CAPELLA, 2015).

Como esta análise se circunscreve a esfera política, mais especificamente aos discursos dos presidentes Luíz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff em compreender como o gênero dos representantes políticos pode ser um aspecto de diferenciação para pautar o tema equidade de gênero, reporta-se à linha de pesquisa policy agenda-setting (agenda de governo), excluindo-se as demais.

Algumas pesquisas sobre o discurso foram realizadas sobre os presidentes Lula e Dilma, averiguando as estratégias na ação comunicativa. Sobre Lula, têm-se pesquisas que averiguam o uso de metáforas nos discursos presidenciais (PALUMBO, 2014) e a identidade de homem político nos discursos nos anos de 1980 (nas mobilizações sindicais) e nos anos 2000 (após a eleição como presidente) (NUNES, 2006). Quanto à Dilma, têm-se pesquisas como a de Silva (2018) que investiga a *rethorical presidency* nas manifestações de junho de 2013; Câmara (2018) sobre os discursos pós-impeachment; e Mesti e Baronas (2018) que analisam a construção da imagem feminina nos discursos das chefes do poder executivo na América do Sul. Destacamos os dois presidentes porque são os alvos desta investigação, embora também haja pesquisas sobre os discursos dos presidentes anteriores a Lula e posteriores a Dilma. As menções feitas, ainda que brevemente,

sobre o discurso na esfera do poder possibilitam vislumbrar o espectro de pesquisas que podem ser desencadeadas a partir da prática discursiva.

4. Material, método e análise dos dados

A mensagem ao Congresso é uma prerrogativa constitucional, uma função atribuída privativamente ao Presidente da República, noticiando a situação em que se encontra o país e solicitando ações, que julgar necessárias, na condução da nação. O foco da mensagem está em apresentar o plano de atuação do governo em vigência. Foram analisadas as mensagens dos dois mandatos de Lula e Dilma, entre 2003 a 2016. Embora o segundo mandato de Dilma tenha sido interrompido pelo impeachment, foram consideradas as mensagens dos dois primeiros anos em que ela governou.

As pesquisas de Brasil e Capella (2015; 2018), Oliveira e Diniz (2019), assim como Andrade, Brasil e Capella (2022) amparam a análise em curso, vez que, os mesmos se debruçam em investigar a agenda de governo a partir dos discursos presidenciais. As análises já realizadas objetivaram identificar a atenção dos atores, caracterizar agendas e apontar continuidade e descontinuidade na atenção das políticas públicas.

Utilizando a análise de conteúdo (BARDIN, 2002) (KRIPPENDORFF, 1997), a partir da lexicometria com o auxílio do software IRAMUTEQ, foram verificadas inicialmente as ênfases do discurso em cada governo. A escolha do software foi motivada pela possibilidade de informações que ele oferece ao analisar a relação das palavras no texto; não se trata da mera quantificação das palavras, mas das conexões estabelecidas entre elas (SOUSA, 2021). Os termos foram agrupados de acordo com o campo temático em que eles orbitavam; não por uma organização do pesquisador, mas por meio de testes estatísticos e da programação automatizada do software. Em seguida, a análise do subcorpus a partir dos elementos identificados, ou seja, pela relação dos termos foi identificada a política setorial e os temas em discussão. O

IRAMUTEQ permite a identificação do léxico de um determinado corpus, bem como a hierarquização das palavras, ocorrências, relações e relevância.

A versão utilizada do software IRAMUTEQ é a 0.7 Alpha 2, para a qual as opções de entrada de dados foram mantidas de acordo com o padrão do software. A exceção dos discursos de 2003 e 2011 (que se referem ao primeiro ano do primeiro mandato de Lula e Dilma, respectivamente), as mensagens apresentam uma prestação de contas (*accountability*) do que foi realizado no ano anterior, indicando a ação progressiva do governo e projeção para o ano em que o texto se refere.

O corpus das mensagens de Lula constituiu 24.170 segmentos de texto, com 37.117 formas; o número de ocorrências foram 858.098, número de lemas 27.381 e 25.928 formas ativas. Sobre o corpus das mensagens de Dilma foram 35.543 segmentos de texto, com 31.140 formas; o número de ocorrências foram 1.265.858, número de lemas 20.982 e 19.487 formas ativas.

A partir das ênfases, identificadas por meio das palavras, é possível entender as abordagens feitas pelos presidentes. É possível identificar, a partir da análise fatorial correspondente (AFC), a ênfase dos assuntos do presidente Lula para pautar a agenda governamental. Para facilitar a discussão nomeia-se as classes em 1 (vermelho), 2 (cinza), 3 (verde), 4 (azul claro) 5 (azul) e 6 (rosa). Na classe 1 (Figura 1), vê-se um conjunto de termos ligados ao governo, das relações intragovernamentais e federalismo: *Congresso, estadual, articulação, debate*. Na classe 2 têm-se termos atrelados ao governo, enfatizando o emprego e organização da administração pública: *público, servidor, administrativo*. A terceira classe reporta-se à macroeconomia: *porcento, crescimento, taxa, número*. Enquanto que a classe 4 abrangem o sistema bancário, instituições financeiras e comércio interno: *crédito, recurso, banco, fundo*.

Os documentos originais estão em PDF e ao transformá-los no formato texto alguns sinais não foram lidos. A palavra ‘rs’ na classe 4, trata-se da sigla R\$ referindo-se a valores. Não constituiu prejuízo para a interpretação, vez que, a classe de palavras faz menção a termos atrelados às instituições financeiras. A classe 5 apresenta termos que se aproximam de discussões sobre geração de energia, como também, agricultura, pecuária e pesca, ou seja, duas políticas setoriais: *produção,*

comunicação ao descrever: *desenvolvimento, gestão, inovação, sustentável, projeto, tecnológico*.

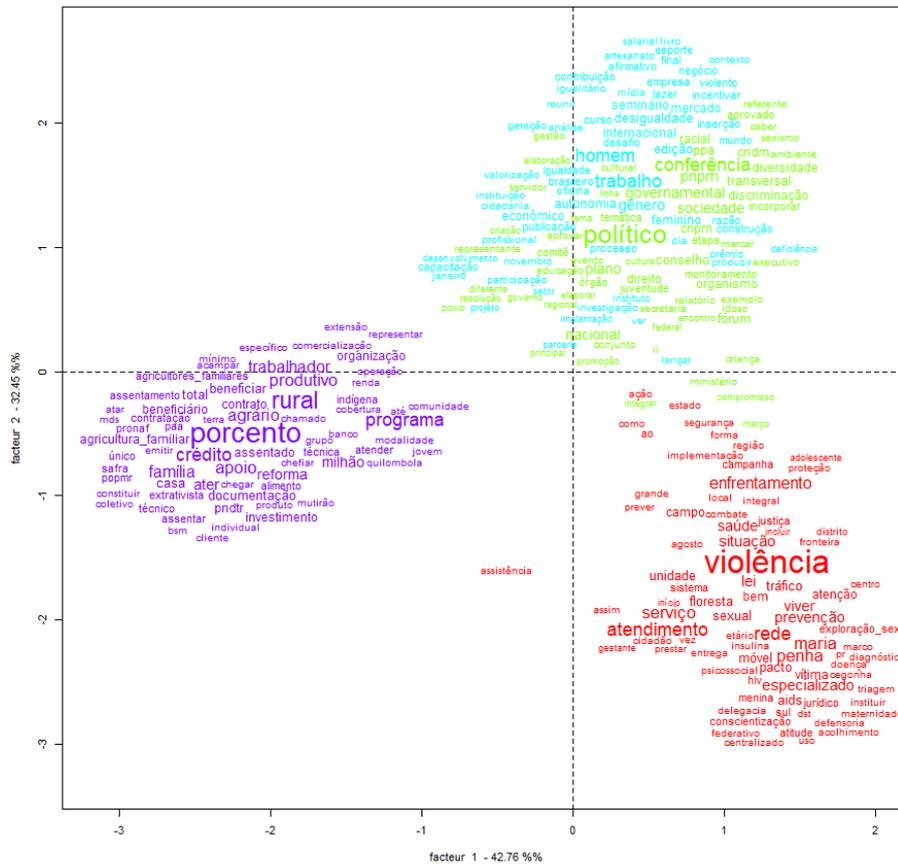
Destaca-se a classe 4 por enfatizar os direitos civis políticos, liberdades e minorias referindo a *educação, saúde, segurança* e principalmente por ser nessa classe que o termo *mulher* aparece. De acordo com a categorização das palavras sugeridas pelo software, nas mensagens de Dilma ao Congresso, a presidenta chama a atenção para os temas: sistema bancário e instituições financeiras; governo e organização da administração pública; ciência, tecnologia e comunicação; e direitos civis, políticos, liberdades e minorias.

Conforme a classificação dos termos, pode-se identificar os temas em que Lula e Dilma concentraram nas mensagens ao Congresso. Nas Figuras 1 e 2, estão apresentados os aspectos da classificação hierárquica descendente numa visão bidimensional, por meio da análise fatorial de correspondência (AFC). Nesse plano as aproximações e ou distanciamentos entre as classes podem ser identificados segundo a disposição nos quadrantes; não se trata de contar palavras, mas das relações entre elas.

Ressaltamos a importância entre as classes para a palavra *mulher*, por ser um dos termos eleitos para a observação; o objetivo era identificar no discurso dos presidentes investigados o posicionamento público sobre gênero, como entre os eles o termo *gênero* não aparece com relevância estatística e representatividade, buscou-se palavras que se aproximassem do universo discutido. O termo *mulher* situa-se no 1º quadrante, na classe 4 (lilás), como tamanho moderado, comparado aos demais termos. A partir da identificação do termo *mulher* o software permitiu que um *subcorpus* de análise fosse construído, afim de compreender as abordagens em que o termo estava inserido (Figura 3).

A análise fatorial de correspondência também identificou as palavras que estão mais próximas. As classes 2 (verde claro) e 3 (azul claro) estão mais próximas; as classes 1 (vermelho) e 4 (lilás) se distanciam. No primeiro quadrante superior à direita, destacam-se as palavras *político, conferência, trabalho*; no segundo quadrante, a relevância está na palavra *violência* (classe 1). Da classe 4, na parte inferior do plano cartesiano, sobressaem os termos *porcento, rural e crédito*.

Figura 3. AFC do subcorpus mulher nas mensagens ao Congresso - Dilma



Fonte: Imagem gerada pelo software IRAMUTEQ

Cada classe enfatiza um assunto compreendido nessa análise como uma política setorial com um subgrupo temático. A classe 1 dá ênfase ao judiciário, justiça, crimes e violência, subgrupo violência doméstica e familiar; a classe 2 têm termos que possibilita classificar como política setorial sobre direitos civis, políticos, liberdades e minorias, subgrupo de participação e representação política. Os termos da classe 3 situam-se na política setorial direitos civis, políticos, liberdades e minorias, no subgrupo discriminação por gênero. A classe 4 refere-se a agricultura, pecuária e pesca, no subgrupo subsídios, seguros, e créditos da agricultura.

Uma importante observação que Andrade, Brasil e Capella (2022, p. 299) apresentam é que “Lula tratava com maior prioridade e maiores níveis de atenção

sobre as políticas sociais em seus discursos de posse do que nas Mensagens enviadas ao Congresso”. E ainda: “Em Lula, por exemplo, apesar de o tema prioritário em discursos de posse ser as Políticas Sociais, em Mensagens ao Congresso as prioridades estão em Governo e Administração Pública, no primeiro mandato, e em Macroeconomia, no segundo.” (ANDRADE; BRASIL; CAPELLA, 2022, p. 300)

Analisando ano a ano, o termo *mulher* aparece com destaque nos discursos de Lula nos anos 2008 e 2010 (no segundo mandato); o mesmo termo aparece com maior relevância nos discursos de Dilma em todos os anos, no primeiro e segundo mandatos. Os detalhes nos resultados podem auxiliar na compreensão de que, ainda que o mandato tenha sido interrompido, a tentativa de estabelecer uma ênfase nas questões para e sobre as mulheres foi postulada por Dilma.

5. Considerações Finais

Os textos analisados nesta pesquisa foram as mensagens ao Congresso, na comunicação entre o Poder Executivo e Legislativo. Os chefes do Poder Executivo investigados também se utilizaram de outras maneiras para comunicar com os demais atores da esfera política e com o eleitorado. Para cada público-alvo e se utilizando de diferentes meios de comunicação, os presidentes podem ter dado ênfases distintas aos temas, buscado, inclusive, a atenção para assuntos diferentes.

Outro elemento importante na análise de conteúdo dos discursos, destacado por Andrade, Brasil e Capella (2022, p.294), é que “os discursos de um mesmo partido não pressupõem uma linearidade, pois houve mais continuidade entre os discursos de FHC e Lula, do que entre os de Lula e Dilma, apesar das ideologias opostas de cada partido político.” As considerações de Andrade, Brasil e Capella (2022) permitem cogitar de que por serem distintos os gêneros, as ideias de prioridade governamental vão diferir apesar do mesmo partido político; entre Dilma e Lula há mais descontinuidade de atenção e prioridades de pautas comparado a FHC e Lula.

Retomando aos que afirma Phillips (2001), a política das ideias não pode estar dissociada da política da presença. Verifica-se que a presença feminina na chefia do Poder Executivo federal foi relevante para associar presença do corpo político e as

ideias de representatividade de gênero. Em tempo oportuno, busca-se averiguar quais aspectos da agenda feminista foram mais destacados no governo Dilma; é possível afirmar que o combate à violência em razão do gênero foi uma pauta relevante e frequente no discurso (mensagem ao Congresso) ao longo dos seis anos de dois mandatos.

Falar ao eleitorado em geral, como forma de obter o apoio, é importante, entretanto, falar aos demais atores do sistema político para que sejam estabelecidas ações políticas ao que se pleiteia assume outra condição de posicionamento. No Congresso está a prerrogativa de legislar, mesmo que as pautas sejam suscitadas pela sociedade civil é preciso a apreciação das Casas Legislativas. Por isso, apresentar a pauta sobre gênero com mais ênfase sinaliza indicativos de que o tema foi reconhecido como problema que exige conhecimento e enfrentamento.

As mulheres nos espaços de poder, estabelecendo pautas para a consolidação do projeto político de justiça de gênero, podem sofrer ataques desmoralizantes (CONNELL; PEARSE, 2015). O ataque a uma mulher que ocupa uma posição política de poder, em razão do gênero, se torna um ataque sistêmico contra as demais mulheres, dentro do sistema político ou não; o que pode ser interpretado instantaneamente como uma mera oposição partidária pode, na verdade, ocultar outras intenções perversas, inclusive na conservação da dominação masculina.

Dilma posicionou-se publicamente com mais ênfase, por meio das mensagens ao Congresso, sobre as questões de gênero; possibilitando compreender que a presença feminina, engajada contra à desigualdade, nos ambientes de tomada de decisão pode influir na equalização das demandas sobre gênero entre Executivo e Legislativo. De certo, todo enfrentamento e tentativa de formação de agenda com temas que confrontem o conservadorismo reverberará em uma ação dos opositores políticos e as consequências podem ser diversas e adversas.

Referências

AGUIRRE, Pablo Ruiz. **Estudo de caso: o que Rafael Correa disse? Comparando a atenção política em 10 anos dos discursos do presidente equatoriano.** Revista de Administração Pública 54 (6), 2020.

ANDRADE, Marcos Paulo; BRASIL, Felipe Gonçalves; CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt **Agenda governamental brasileira: discursos presidenciais e Mensagens ao Congresso (1995-2014)**. Agenda Política, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 280–306, 2022.

BARBIERI, Teresita de. **Sobre la categoría género. Una introducción teórica-metodológica**. In: Revista Interamericana de Sociología 6: 147-178, 1993.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2002.

BAUMGARTNER, Frank; JONES, Bryan; BONAFONT, Laura Chaqués. **Dinâmicas da agenda de políticas públicas na América Latina: oportunidades teóricas e empíricas**. Revista de Administração Pública 54 (6), 2020.

BRASIL, Felipe Gonçalves; CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt . **Agenda-setting: mídia e opinião pública na dinâmica de políticas públicas**. Revista Compolítica, v. 8, n. 1, p. 123-146, 2018.

_____. **A trajetória dos estudos sobre a agenda de políticas públicas**. Revista de Ciência Política Teoria & Pesquisa. Vol. 24, n. 2, p. 4-17, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4322/tp.24211>

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 05 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: fevereiro de 2022.

CÂMARA, Marco Túlio Pena. Da declaração à identificação: os discursos de Dilma Rousseff pós-impeachment. In: AQUINO, Zilda Gaspar Oliveira de; GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto; PINTO, Maria Alexandra Guedes (Orgs.). **O poder do discurso e o discurso do poder**, volume II, São Paulo: Editora Paulistana, 2018.

CHARAUDEAU, Patrick. O discurso político. In: EMEDIATO, Wander; MACHADO, Ida Lúcia; MENEZES, William (Orgs.) **Análise do discurso: gêneros, comunicação e sociedade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero: uma perspectiva global**. São Paulo: nVersos, 2015.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Estudos Feministas, Florianópolis, ano 10, p. 171-188, 2002.

JENNINGS, Will; BEVAN, Shaun; JOHN, Peter. **The agenda of British government: The speech from the throne**, 1911-2008. Political Studies, 59(1), 74-98, 2011.

JULLIARD, Jacques. A política: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (orgs.). **História: novas abordagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

KERGOAT, Danièle. **Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais**. Novos Estudos Cebrap, 86: 93-103, 2010.

KRIPPENDORFF, Klaus. **Metodología de análisis de contenido: teoría y práctica**. Buenos Aires: Paidós, 1997.

LIMONGI, Fernando. **A democracia no Brasil: presidencialismo, coalizão partidária e processo decisório**. Novos Estudos, São Paulo, v. no 2006, n. 76, p. 17-41, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n76/02.pdf>

LIPPMANN, Walter. **Opinião Pública**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

MESTI, Paula Camila; BARONAS, Roberto Leiser. Michelle, Cristina e Dilma: o poder da construção da imagem de si no discurso político sul-americano. In: AQUINO, Zilda Gaspar Oliveira de; GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto; PINTO, Maria Alexandra Guedes (Orgs.). **O poder do discurso e o discurso do poder**, volume II, São Paulo: Editora Paulistana, 2018.

NUNES, Rosana Helena. **Construção da identidade política: discursos de Luiz Inácio Lula da Silva**. 2006. 135 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

OLIVEIRA, Lucy; DINIZ, Simone. **Discurso presidencial e agenda retórica no presidencialismo de coalizão brasileiro**. Anais do VIII COMPOLÍTICA, GT Comunicação e democracia, Brasília, 2019.

PALUMBO, Renata. **Análise crítica do discurso presidencial: abordagem sociocognitiva**. Revista Estudos Linguísticos, São Paulo, 43 (3): p. 1308-1322, set-dez 2014.

PASSETTI, Maria Célia Cortêz. O funcionamento do antiethos no discurso político eleitoral presidencial brasileiro. In: AQUINO, Zilda Gaspar Oliveira de; GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto; PINTO, Maria Alexandra Guedes (Orgs.). **O poder do discurso e o discurso do poder**. Volume II. São Paulo: Editora Paulistana, 2018.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PHILLIPS, Anne. **De uma política de ideias a uma política de presença?** Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 2001, vol.9 (2), pp. 268 – 288.

_____. **O que há de errado com a democracia liberal?** In: Revista Brasileira de Ciência Política, número 6, Brasília, dezembro 2011.

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história conceitual do político**. São Paulo: Alameda, 2010.

SAFFIOTI, Heleith Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter. **A Escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

_____. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica**. Recife: SOS Corpo, 1995.

SILVA, Daniel Afonso da. **Noites de junho (ou da rhetorical presidency da presidente Dilma Rousseff na gestão externa da apreensão dos acontecimentos brasileiros de junho de 2013)**. Nueva Época, México, núm. 44, 2018.

SOUSA, Yuri Sá Oliveira. **O Uso do Software Iramuteq: Fundamentos de Lexicometria para Pesquisas Qualitativas**. Estudos e Pesquisas em Psicologia, volume 21, nº 4, 2021

YOUNG, Iris Marion. **O ideal da imparcialidade e o público cívico**. In: Revista Brasileira de Ciência Política, nº9. Brasília, setembro - dezembro de 2012, pp. 169-203.